

No. 44027

**Argentina
and
Brazil**

Framework Agreement on cooperation in the field of defense between the Argentine Republic and the Federative Republic of Brazil. Puerto Iguazú, 30 November 2005

Entry into force: *26 January 2007 by notification, in accordance with article 11*

Authentic texts: *Portuguese and Spanish*

Registration with the Secretariat of the United Nations: *Argentina, 9 July 2007*

**Argentine
et
Brésil**

Accord-cadre relatif à la coopération en matière de défense entre la République argentine et la République fédérative du Brésil. Puerto Iguazú, 30 novembre 2005

Entrée en vigueur : *26 janvier 2007 par notification, conformément à l'article 11*

Textes authentiques : *portugais et espagnol*

Enregistrement auprès du Secrétariat des Nations Unies : *Argentine, 9 juillet 2007*

[PORTUGUESE TEXT – TEXTE PORTUGAIS]

ACORDO QUADRO DE COOPERAÇÃO
EM MATÉRIA DE DEFESA
ENTRE
A REPÚBLICA ARGENTINA E
A REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

A República Argentina e a República Federativa do Brasil, doravante denominados “Partes”,

Desejando incrementar as boas e cordiais relações entre as Partes;

Tendo presente o Memorando de Entendimento entre o Governo da República Argentina e o Governo da República Federativa do Brasil de Consulta e Coordenação, firmado no Rio de Janeiro em 28 de abril de 1997;

Buscando contribuir para o desenvolvimento de suas relações por meio da cooperação em assuntos políticos e estratégicos de interesse mútuo em matéria de defesa;

Tendo presente o interesse comum na manutenção da paz e segurança no plano internacional, e de que os conflitos internacionais sejam solucionados por via pacífica;

Convencidos de que o entendimento mútuo, o trabalho conjunto e a maior cooperação institucional entre as Partes favorecerá a paz e a estabilidade internacional;

Reconhecendo a soberania e a igualdade dos Estados e a não-intervenção em áreas de jurisdição exclusiva dos mesmos;

Acordam o seguinte:

Artigo 1

Objeto

A cooperação entre as Partes será regida pelos princípios da igualdade, da reciprocidade e do interesse mútuo, em consonância com as respectivas legislações nacionais e com as obrigações internacionais assumidas. Tem por objetivo principal fortalecer a cooperação política em matéria de defesa, por meio da troca de experiências em desenho e gestão de políticas de defesa e

de ações nas áreas de planejamento, gestão orçamentária, pesquisa e desenvolvimento, apoio logístico e aquisição de produtos e serviços de defesa.

Artigo 2

Ações

As Partes desenvolverão as seguintes iniciativas, de comum acordo e em conformidade com as leis e normas nacionais e internacionais, bem como com os respectivos procedimentos de proteção da informação sigilosa e da propriedade intelectual:

- a) compartilhar conhecimentos e experiências adquiridas na área de operações, em particular na utilização de equipamento militar de origem nacional e estrangeira, na padronização e interoperacionalidade, bem como em operações internacionais de manutenção da paz e no apoio mútuo no cumprimento dos regimes internacionais de desarmamento de que as ambos países participam;
- b) compartilhar conhecimentos nas áreas de ciência e tecnologia, por meio de contatos científicos e de pesquisa nas diferentes áreas da defesa, mediante troca de informações, visitas recíprocas e outras iniciativas de interesse mútuo;
- c) colaborar em assuntos relacionados a equipamentos e sistemas militares na área da indústria da defesa, promovendo a participação conjunta em programas de investigação, intercâmbio de informação técnica e encontros de especialistas em armamento e equipamento;
- d) promover ações conjuntas de treinamento e instrução militar, exercícios militares combinados, bem como a troca de informações correspondente; e,
- e) cooperar em outras áreas de defesa que possam ser de interesse mútuo.

Artigo 3

Alcance da Cooperação

1. A cooperação entre as Partes, no campo da defesa, se desenvolverá da seguinte forma:
 - a) visitas mútuas de delegações civis e militares de alto nível dos respectivos Ministérios de Defesa a entidades civis e militares;
 - b) visitas mútuas de delegações, reuniões de pessoal e reuniões técnicas

- c) reuniões entre as instituições de defesa equivalentes;
- d) intercâmbio de instrutores e estudantes de instituições militares;
- e) participação em cursos teóricos e práticos, seminários, debates e simpósios em entidades militares, bem como em entidades civis de interesse para a área de defesa e de comum acordo entre as Partes;
- f) visitas de navios de guerra;
- g) eventos culturais e desportivos;
- h) criação de facilidades na relação entre as bases industriais de defesa de ambos países.

Artigo 4

Implementação

As Partes decidem estabelecer um grupo de trabalho conjunto, sob responsabilidade da Secretaria de Política, Estratégia e Assuntos Internacionais do Ministério da Defesa brasileiro e da Secretaria de Assuntos Militares do Ministério de Defesa argentino, integrado por representantes dos respectivos Ministério das Relações Exteriores e de outras instituições relevantes, a serem designadas pelas Partes, para decidir sobre as formas institucionais de implementação do presente Acordo Quadro, inclusive no que se refere à revisão dos mecanismos atualmente existentes na área de defesa. Até a conclusão desta tarefa, este grupo de trabalho conjunto continuará coordenando as atividades de cooperação em matéria de defesa entre ambas as Partes.

Artigo 5

Aspectos Financeiros

1. Todos os gastos incorridos com o pessoal participante em atividades de cooperação derivadas deste Acordo serão regidas na base da reciprocidade e de acordo com as seguintes condições, salvo no caso de as Partes virem a determinar outra modalidade:
 - a) a Parte anfitriã cobrirá as despesas de transporte local para as delegações;
 - b) a Parte de origem cobrirá as despesas de viagem, alojamento e alimentação;

- c) a Parte de origem cobrirá os gastos relativos a tratamento médico e dentário, remoção ou evacuação de seu pessoal enfermo, ferido ou falecido.
2. Todos os custos correspondentes a atividades derivadas do presente Acordo estarão sujeitas à disponibilidade de recursos financeiros das Partes.

Artigo 6

Responsabilidade Civil

1. Nenhuma das Partes poderá iniciar ação civil contra a outra Parte ou seu pessoal por danos causados em decorrência das atividades que se enquadrem no âmbito do presente Acordo.
2. Em caso de dano causado por pessoal de uma Parte a terceiros por imprudência, imperícia ou negligência, a Parte à qual pertence o agente que provocou a ocorrência se responsabilizará pela perda ou dano, nos termos da legislação vigente no Estado anfitrião.
3. De acordo com a legislação nacional do Estado anfitrião, as Partes indenizarão todo dano que seu pessoal, no desempenho de seus deveres oficiais nos termos deste Acordo, vier a causar a terceiros.
4. No caso em que pessoal de ambas as Partes sejam responsáveis pelos danos causados a terceiros, estas assumirão, solidariamente, a responsabilidade correspondente.

Artigo 7

Segurança da Informação e do Material

1. A segurança da informação e do material trocado ou produzido em decorrência deste Acordo será estabelecida entre as Partes por meio de um Acordo Complementar de proteção dos mesmos.
2. Enquanto o referido Acordo Complementar não entrar em vigor, toda informação de defesa trocada diretamente entre as Partes, assim como a informação de interesse comum obtida individualmente de outras fontes pelas Partes será protegida de acordo com os seguintes princípios:
 - a) a Parte destinatária não transmitirá a terceiros países informação obtida sob o presente Acordo sem prévia aprovação da outra Parte;

- b) a Parte destinatária procederá a classificar a informação, conservando o mesmo nível atribuído pela Parte remetente e tomando, em consequência, as medidas necessárias de proteção;
 - c) a informação será usada para a finalidade para a qual foi produzida ou obtida.
3. Enquanto não entrar em vigor o Acordo Complementar referido no parágrafo primeiro, a Parte destinatária não proverá terceiros países de equipamento militar ou tecnologia obtida sob o presente Acordo sem prévia aprovação da outra Parte.
 4. As respectivas responsabilidades e obrigações das Partes quanto à segurança e proteção do material sigiloso serão mantidas depois do término deste Acordo.

Artigo 8

Protocolos Complementares/ Emendas/Revisão/Programas

1. As Partes poderão assinar Protocolos Complementares nas áreas específicas de cooperação em defesa, envolvendo entidades civis e militares, nos termos deste Acordo.
2. Os programas de atividades derivadas deste Acordo ou dos referidos Protocolos Complementares serão elaborados, desenvolvidos e implementados por pessoas autorizadas do Ministério de Defesa da República Federativa do Brasil e do Ministério de Defesa da República Argentina.
3. Este Acordo poderá ser emendado ou revisado com o consentimento das Partes, por troca de notas, por meio dos canais diplomáticos.
4. O início da negociação dos Protocolos Complementares, emendas ou revisões, deverá ocorrer até 60 dias após o recebimento da última notificação, os quais entrarão em vigor conforme previsto no Artigo 11º, passando a ser parte integral deste Acordo.

Artigo 9

Solução de Controvérsias

Qualquer disputa relativa à interpretação ou aplicação deste Acordo será solucionada por meio de consultas e negociações entre as Partes, no âmbito do Ministério da Defesa da República Federativa do Brasil e do Ministério da Defesa da República Argentina.

Artigo 10
Vigência e Denúncia

1. Este Acordo permanecerá em vigor até que uma das Partes decida por escrito e por via diplomática, notificar a outra Parte sua intenção de denunciá-lo. A denúncia terá efeito noventa (90) dias após o recebimento da respectiva notificação.
2. A denúncia não afetará os programas e atividades em curso derivados deste Acordo, a menos que as Partes decidam em contrário.

Artigo 11
Entrada em Vigor


O presente Acordo entrará em vigor no trigésimo dia após a data de recebimento da última notificação, por escrito e por via diplomática, de que foram cumpridos os requisitos de direito interno das Partes, necessários para tal efeito.

Feito em Puerto Iguazu em 30 de novembro de 2005, nos idiomas espanhol e português, sendo todos os textos igualmente autênticos.

PELA
REPÚBLICA ARGENTINA



PELA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO
BRASIL



[SPANISH TEXT – TEXTE ESPAGNOL]

ACUERDO MARCO SOBRE COOPERACIÓN
EN EL ÁMBITO DE LA DEFENSA
ENTRE
LA REPÚBLICA ARGENTINA Y
LA REPÚBLICA FEDERATIVA DEL BRASIL

La República Argentina y la República Federativa del Brasil en adelante denominadas las "Partes"

Deseando incrementar las buenas y cordiales relaciones entre los dos países;

Teniendo presente el Memorándum de Entendimiento entre el Gobierno de la República Argentina y el Gobierno de la República Federativa del Brasil Consulta y Coordinación, firmado en Río de Janeiro el 28 de abril de 1997,

Buscando contribuir al desarrollo de sus relaciones mediante la cooperación en asuntos políticos y estratégicos de interés mutuo en el ámbito de la defensa;

Teniendo presente el interés común en el mantenimiento de la paz y seguridad en ámbito internacional y que los conflictos internacionales sean solucionados por vía pacífica;

Convencidos de que el entendimiento mutuo, el trabajo conjunto y el incremento de la cooperación institucional entre ambas Partes favorecerá la paz y la estabilidad internacional,

Reconociendo la soberanía e igualdad de los Estados y la no-interferencia en las áreas de jurisdicción exclusiva de los mismos;

Han convenido lo siguiente:

ARTÍCULO 1

Objeto

La cooperación entre las Partes estará regida por los principios de la igualdad, la reciprocidad y el interés mutuo, de acuerdo con las respectivas legislaciones nacionales y con las obligaciones internacionales asumidas. Tiene como objetivo principal fortalecer la cooperación política de defensa por medio del intercambio de experiencias en diseño y gestión de políticas de defensa y de acciones en las áreas de planeamiento, gestión presupuestaria, investigación y desarrollo, apoyo logístico y adquisición de productos y servicios de defensa.

ARTÍCULO 2

Acciones

Las Partes desarrollarán las siguientes iniciativas, de común acuerdo y de conformidad con las leyes y normas nacionales e internacionales, así como con los procedimientos respectivos para la protección de la información clasificada y de la propiedad intelectual:

- a) Compartir conocimientos y experiencias adquiridas en el campo de operaciones, en particular la utilización de equipamiento militar de origen nacional y extranjero, la estandarización e interoperabilidad, así como en operaciones internacionales de mantenimiento de paz y de apoyo mutuo en el cumplimiento de los regímenes internacionales de desarme de los cuales ambos países son parte;
- b) Compartir conocimientos en las áreas de las ciencias y tecnologías, por medio de contactos científicos y de investigación en los diferentes campos de la defensa, mediante el intercambio de información, visitas recíprocas y otras iniciativas de interés mutuo;
- c) Colaborar en asuntos relacionados a equipamientos y sistemas militares en el área de la industria de la defensa, promoviendo la participación conjunta en programas de investigación, el intercambio de información técnica y encuentros de expertos en armamento y equipamiento;
- d) Promover acciones conjuntas de entrenamiento e instrucción militar, ejercicios militares combinados, así como el correspondiente intercambio de informaciones; y,
- e) Cooperar en otras áreas en el dominio de la defensa que puedan ser de interés mutuo.

ARTÍCULO 3

Ámbito de la Cooperación

1. La cooperación entre las Partes, en el dominio de la defensa, se desarrollará de la siguiente forma:

- a) Visitas mutuas de delegaciones civiles y militares de alto nivel, de sus respectivos Ministerios de Defensa, a entidades civiles y militares.
- b) Visitas mutuas de delegaciones, reuniones de personal y reuniones técnicas.

- c) Reuniones entre las instituciones de defensa equivalentes.
- d) Intercambio de instructores y estudiantes de instituciones militares.
- e) Participación en cursos teóricos y prácticos, seminarios, debates y simposios en entidades militares, como así también en entidades civiles de interés para el área de la defensa y del común acuerdo entre las Partes.
- f) Visitas de buques de guerra.
- g) Eventos culturales y deportivos.
- h) Facilitación de la relación entre las bases industriales de defensa de ambos países.

ARTÍCULO 4

Implementación

Las Partes deciden establecer un grupo de trabajo conjunto bajo la responsabilidad de la Secretaria de Política, Estratégica y Asuntos Internacionales del Ministerio de Defensa brasileño y de la Secretaria de Asuntos Militares del Ministerio de Defensa argentino, integrado por representantes de los respectivos Ministerios de Relaciones Exteriores y de otras instituciones relevantes, a ser designadas por las Partes, para decidir sobre las formas institucionales de la implementación del presente Acuerdo Marco, inclusive en todo lo referido a la revisión de los mecanismos actualmente existentes en el ámbito de la defensa. Mientras esta labor no se concluya, este grupo de trabajo conjunto continuará coordinando las actividades de cooperación en materia de defensa entre ambas Partes.

ARTICULO 5

Aspectos Financieros

1. Todos los gastos del personal que participe en actividades de cooperación derivadas de este Acuerdo, se regirán sobre bases de reciprocidad, en los términos siguientes salvo que las Partes determinen otra modalidad:

- a) La parte anfitriona cubrirá los gastos del transporte local para las delegaciones;
- b) La parte de origen cubrirá los gastos de viaje y estadía de sus funcionarios, incluido los de alimentación.
- c) La parte de origen cubrirá los gastos relativos al tratamiento médico, dental, remoción o evacuación de su personal enfermo, herido o

fallecido.

2. Todos los costos derivados de las actividades que deriven de este Acuerdo estarán sujetas a la disponibilidad de recursos financieros de las Partes.

ARTÍCULO 6

Responsabilidad Civil

1. Ninguna de las Partes podrá iniciar acción civil contra la otra Parte o su personal por daños causados en el ejercicio de las actividades que se encuadran en el ámbito del presente Acuerdo.
2. Cuando personal de una de las Partes causen daños a terceros por imprudencia, impericia o negligencia, tal Parte será responsable por la pérdida o daño, en los términos de la legislación vigente del Estado anfitrión.
3. De acuerdo con la legislación nacional del Estado anfitrión, las Partes indemnizarán todo daño a terceros causado por su personal, en la ejecución de sus deberes oficiales en los términos de este Acuerdo.
4. En el caso en que personal de ambas Partes fuesen responsables por los daños causados a terceros, asumirán ambas, solidariamente, la responsabilidad correspondiente.

ARTÍCULO 7

Seguridad de Información y Material

1. La seguridad de la información y del material que son intercambiados o generados como resultado de este Acuerdo, será establecida entre las Partes por intermedio de un Acuerdo Complementario para la protección de los mismos.
2. En tanto el Acuerdo Complementario referido en el párrafo anterior no entre en vigor, toda la información de defensa que sea intercambiada directamente entre las Partes y la información de interés común obtenida de otras fuentes por cada una de las Partes, será protegida de acuerdo a los siguientes principios:
 - a) La Parte destinataria no proveerá a terceros países información obtenida bajo el presente Acuerdo, sin previa aprobación de la otra Parte.
 - b) La Parte destinataria procederá a clasificar la información con el mismo nivel atribuido por la Parte remitente y consecuentemente tomará las medidas necesarias de

protección.

c) La información será usada para la finalidad por la que fue producida u obtenida

3. En tanto el Acuerdo Complementario referido en el párrafo primero no entre en vigor, la Parte destinataria no proveerá a terceros países equipamiento militar o tecnología obtenidos bajo el presente Acuerdo, sin previa aprobación de la otra Parte.
4. Las respectivas responsabilidades y obligaciones de las Partes en cuanto a la seguridad y protección del material clasificado continuarán no obstante la finalización de este Acuerdo.

ARTÍCULO 8

Protocolos Complementarios/ Enmiendas/ Revisión/ Programas

1. Las Partes podrán firmar Protocolos Complementarios en áreas específicas de cooperación de defensa, involucrando entidades civiles y militares, en los términos de este Acuerdo.
2. Los programas de actividades derivadas de este Acuerdo o de los referidos Protocolos Complementarios serán elaborados, desarrollados e implementados por personal autorizado del Ministerio de Defensa de la República Federativa del Brasil y el Ministerio de la Defensa de la República Argentina.
3. Este Acuerdo podrá ser enmendado o revisado con el consentimiento de las Partes, por intercambio de notas, por intermedio de los canales diplomáticos.
4. El inicio de la negociación de los Protocolos Complementarios y de enmiendas deberá tener lugar dentro de los 60 días posteriores de recibida la última notificación de entrada en vigor del Acuerdo, los Protocolos Complementarios y enmiendas entrarán en vigor conforme lo previsto por el Artículo 11, pasando a ser parte integral de este Acuerdo.

ARTÍCULO 9

Solución de Controversias

Cualquier disputa relativa a la interpretación o aplicación de este Acuerdo será solucionada por intermedio de consultas y negociaciones entre las Partes, en el ámbito del Ministerio de Defensa de la República Argentina y el Ministerio de la Defensa de la República Federativa del Brasil.

ARTÍCULO 10

Vigencia y Denuncia

1. Este Acuerdo permanecerá en vigor hasta que una de las Partes decida por escrito y por vía diplomática, notificar a la otra Parte su intención de denunciarlo. La denuncia tendrá efecto noventa (90) días después de la recepción de la respectiva notificación.
2. La denuncia no afectará los programas y actividades en curso derivados de este Acuerdo, a menos que las Partes decidan lo contrario.

ARTÍCULO 11

Entrada en vigor

El presente Acuerdo entrará en vigor en el trigésimo día después de la fecha de recepción de la última notificación por la que las partes se comuniquen del cumplimiento de los requisitos internos para su entrada en vigor.

Firmado en Puerto Iguazú, el 30 de Noviembre de 2005, en dos idiomas, portugués y español, siendo todos los textos igualmente auténticos.

POR
LA REPÚBLICA ARGENTINA

POR
LA REPÚBLICA FEDERATIVA
DEL BRASIL

[TRANSLATION – TRADUCTION]

FRAMEWORK AGREEMENT ON COOPERATION IN THE FIELD OF DEFENCE BETWEEN THE ARGENTINE REPUBLIC AND THE FEDERATIVE REPUBLIC OF BRAZIL

The Argentine Republic and the Federative Republic of Brazil, hereinafter referred to as the “Parties”,

Desiring to expand the good and cordial relations between the two countries;

Bearing in mind the Memorandum of Understanding between the Government of the Argentine Republic and the Government of the Federative Republic of Brazil concerning Consultation and Coordination, signed in Rio de Janeiro on 28 April 1997;

Seeking to contribute to the development of their relations through cooperation in political and strategic matters of mutual interest in the field of defence;

Bearing in mind the common interest in maintaining international peace and security and ensuring that international conflicts are solved through peaceful means;

Convinced that mutual understanding, joint work, and increased institutional cooperation between the two States will enhance peace and international stability;

Recognizing the sovereignty and equality of States and the principle of non-interference in matters that fall within their exclusive jurisdiction,

Have agreed as follows:

Article 1. Purpose

Cooperation between the Parties shall be governed by the principles of equality, reciprocity and mutual interest, in accordance with their respective national legislations and the international obligations they have entered into. Its principal purpose is to strengthen defence policy cooperation by exchanging experience with the design and management of defence policies and actions in the area of planning, budgetary management, research and development, logistical support and the purchase of defence products and services.

Article 2. Actions

The Parties shall engage in the following initiatives, by common accord and in accordance with national and international laws and standards and using appropriate procedures to protect classified information and intellectual property:

(a) Share knowledge and experience acquired in the area of operations, especially the use of domestically manufactured and foreign military equipment, standardization and interoperability, as well as in international peacekeeping and mutual assistance operations in accordance with international disarmament agreements to which both countries are party;

(b) Share knowledge in the area of science and technology through scientific and research contacts in different defence fields, through the exchange of information, reciprocal visits and other initiatives of mutual interest;

(c) Collaborate in matters related to military equipment and systems in the defence industry field, by promoting joint participation in research programs, exchanging technical information and holding meetings of experts on armaments and equipment;

(d) Foster joint military training and instruction activities, combined military exercises, and the corresponding exchange of information; and

(e) Cooperate in other defence-related areas that might be of mutual interest.

Article 3. Scope of cooperation

1. Cooperation between the Parties, in the area of defence, shall entail:

(a) Mutual visits by high-ranking civilian and military delegations from their respective Ministries of Defence to civilian and military entities.

(b) Mutual visits by delegations, staff meetings, and technical meetings.

(c) Meetings between equivalent defence institutions.

(d) Exchanges of instructors and students at military institutions.

(e) Participation in theoretical and practical courses, seminars, debates and symposia in military entities, as well as in civilian entities of interest for defence matters and by common accord of the Parties.

(f) Visits to warships.

(g) Cultural and sports activities.

(h) Facilitating relations between the two countries' defence industries.

Article 4. Implementation

The Parties decide to establish a joint working group reporting to the Secretariat for Policy, Strategy and International Affairs of the Brazilian Ministry of Defence and of the Secretariat for Military Affairs of the Argentine Ministry of Defence. It shall comprise representatives of the respective Ministries of Foreign Affairs and of other pertinent institutions, to be appointed by the Parties, and its function shall be to decide on the institutional forms in which this Framework Agreement will be implemented, including everything related to a review of already existing mechanisms in the field of defence. Until that task is completed, this working group shall continue to coordinate the defence-related cooperation activities between the two Parties.

Article 5. Financial Aspects

1. All expenses incurred by personnel participating in cooperation activities arising out of this Agreement shall be governed by the following reciprocal arrangements, unless the parties decide otherwise:

(a) The host party shall defray the costs of local transportation for the delegations.

(b) The Party of origin shall cover the travel and per diem expenses of its officials, including the cost of food.

(c) The party of origin shall defray expenses related to medical and dental care, and the removal or evacuation of its sick, injured or deceased personnel.

2. All costs associated with the activities arising out of this Agreement shall be subject to the availability of financial resources of the Parties.

Article 6. Civil liability

1. Neither of the Parties may bring a civil indemnification action against the other Party or its personnel for damages caused in the performance of activities within the scope of this Agreement.

2. If personnel of one of the Parties causes harm to third parties due to imprudence, lack of skill or negligence, that Party shall be liable for the loss or damage, in accordance with the legislation in force in the host country.

3. In accordance with the domestic laws of the host country, the Parties shall make reparation for any damage to third parties caused by their personnel in the performance of their official duties under this Agreement.

4. In the event that personnel from both Parties are responsible for the damage done to third parties, they shall both assume, jointly, the corresponding liability.

Article 7. Security of Information and Material

1. The security of the information and material exchanged or generated as a result of this Agreement shall be assured between the Parties by means of a Supplementary Agreement on measures to protect them.

2. Until the Supplementary Agreement referred to in the preceding paragraph enters into force, all the defence information exchanged directly between the Parties and the information of common interest culled from other sources by each of the Parties shall be protected in accordance with the following principles:

(a) The recipient Party shall not furnish to third countries information obtained under this Agreement without the prior consent of the other Party.

(b) The recipient Party shall proceed to classify the information with the same classified information level assigned by the Party remitting the information and shall consequently adopt the required protection measures.

(c) The information shall be used for the same purpose for which it was produced or obtained.

3. Until the Supplementary Agreement referred to in the first paragraph enters into force, the recipient country shall not supply third countries with military equipment or technology obtained under this Agreement, without the prior consent of the other Party.

4. The responsibility and obligation of each Party for the security and protection of classified material shall continue even after the conclusion of this Agreement.

Article 8. Supplementary Protocols/Amendments/Revision/Programmes

1. The Parties may sign Supplementary Protocols in specific areas of defence cooperation involving civilian and military entities, under the terms of this Agreement.

2. The activities programmes deriving from this Agreement or the afore-mentioned Supplementary Protocols shall be drawn up, developed and implemented by authorized personnel of the Ministry of Defence of the Federative Republic of Brazil and the Ministry of Defence of the Argentine Republic.

3. This Agreement may be amended or revised with the consent of the Parties, by an exchange of notes through the diplomatic channel.

4. Negotiation of Supplementary Protocols and amendments must begin within 60 days following receipt of the last notification of the entry into force of the Agreement. Supplementary protocols and amendments shall enter into force in accordance with article 11 and shall become an integral part of this Agreement.

Article 9. Settlement of disputes

Any dispute regarding the interpretation or application of this Agreement shall be settled by means of consultations and negotiations between the Parties, conducted by the Ministry of Defence of the Argentine Republic and the Ministry of Defence of the Federative Republic of Brazil.

Article 10. Duration and Notice of Termination

1. This Agreement shall remain in force until either of the Parties decides to notify the other Party, in writing and through the diplomatic channel, of its intention to terminate it. The termination shall take effect ninety (90) days after receipt of the respective notification.

2. Notice of termination shall not affect the programmes and activities under way as a result of this Agreement, unless the Parties decide to the contrary.

Article 11. Entry into force

This Agreement shall enter into force on the thirtieth day following the date of receipt of the last notification by which the Parties inform each other of the fulfilment of domestic requirements for its entry into force.

Done at Puerto Iguazú on 30 November 2005, in the Portuguese and Spanish languages, each text being equally authentic.

For the Argentine Republic:

RAFAEL BELSA

For the Federative Republic of Brazil:

CESLO AMORIM

[TRANSLATION – TRADUCTION]

ACCORD-CADRE RELATIF À LA COOPÉRATION EN MATIÈRE DE DÉFENSE ENTRE LA RÉPUBLIQUE ARGENTINE ET LA RÉPUBLIQUE FÉDÉRATIVE DU BRÉSIL

La République argentine et la République fédérative du Brésil, ci-après dénommées les «Parties»,

Désirant renforcer les bonnes relations cordiales existant entre les deux pays;

Ayant à l'esprit le Protocole d'entente établi entre le Gouvernement de la République argentine et le Gouvernement de la République fédérative du Brésil sur la consultation et la coordination, signé à Rio de Janeiro le 28 avril 1997;

Souhaitant contribuer au développement de leurs relations grâce à la coopération en affaires politiques et stratégiques d'intérêt mutuel dans le domaine de la défense;

Ayant à l'esprit l'intérêt commun au maintien de la paix et de la sécurité dans l'environnement international et à la résolution des conflits internationaux par la voie pacifique;

Convaincus que l'entente mutuelle, le travail conjoint et l'augmentation de la coopération institutionnelle entre les deux Parties favorisent la paix et la stabilité au niveau international;

Reconnaissant la souveraineté et l'égalité des États et la non-interférence dans les domaines de juridiction exclusive de ceux-ci;

Sont convenues de ce qui suit :

Article premier. Objet

La coopération entre les Parties est soumise aux principes d'égalité, de réciprocité et d'intérêt mutuel, conformément aux législations nationales respectives et aux obligations internationales assumées. Elle vise essentiellement le renforcement de la coopération politique en matière de défense par le biais de l'échange d'expériences en matière de conception et de gestion de politiques de défense et d'actions dans les domaines de la planification, de la gestion budgétaire, de l'investigation et du développement, du soutien logistique et de l'acquisition de produits et de services de défense.

Article 2. Mesures

Les Parties décident des initiatives suivantes, de commun accord et conformément aux dispositions et aux normes nationales et internationales ainsi que conformément aux procédures respectives pour la protection des informations classées et de la propriété intellectuelle:

a) Le partage des connaissances et des expériences acquises dans le domaine des opérations, plus particulièrement dans l'utilisation d'équipement militaire d'origine nationale et étrangère, la standardisation et l'interopérabilité, ainsi que dans des opérations

internationales de maintien de la paix et de soutien mutuel dans le respect des accords internationaux de désarmement desquels les deux pays sont parties;

b) Le partage des connaissances dans les domaines des sciences et des technologies, par l'intermédiaire de contacts scientifiques et d'investigation dans les différents domaines de la défense, grâce à l'échange d'informations, de visites réciproques et d'autres initiatives d'intérêt mutuel;

c) La collaboration dans les affaires liées à des équipements et à des systèmes militaires dans le domaine de l'industrie de la défense, en favorisant la participation conjointe à des programmes d'investigation, l'échange de renseignements techniques et les rencontres d'experts en armement et en équipement;

d) La promotion d'actions conjointes d'entraînement et d'instruction militaire, les exercices militaires combinés ainsi que l'échange correspondant d'informations; et,

e) La coopération dans d'autres domaines que celui de la défense et qui peuvent être d'intérêt mutuel.

Article 3. Étendue de la coopération

1. Dans le domaine de la défense, la coopération entre les Parties revêt la forme suivante :

a) Visites réciproques de délégations civiles et militaires de haut niveau, de leurs Ministères respectifs de la défense à des sociétés civiles et militaires.

b) Visites réciproques de délégations, réunions de personnel et réunions techniques.

c) Réunions entre institutions de la défense équivalentes.

d) Échange d'instructeurs et d'étudiants d'institutions militaires.

e) Participation à des cours techniques et pratiques, à des séminaires, débats et symposiums dans des sociétés militaires ainsi que dans des sociétés civiles présentant un intérêt pour la défense et de commun accord entre les Parties.

f) Visites de navires de guerre.

g) Événements culturels et sportifs.

h) Facilitation des rapports entre les bases industrielles de la défense des deux pays.

Article 4. Mise en application

Les Parties décident de créer un groupe de travail commun, sous la responsabilité du Secrétariat de la politique, de la stratégie et des affaires internationales du Ministère de la défense brésilien et du Secrétariat des affaires militaires du Ministère de la défense argentin, qui comprend des représentants des ministères respectifs des relations extérieures et d'autres institutions pertinentes, que les Parties doivent désigner. Ce groupe doit décider des formes institutionnelles de la mise en œuvre du présent Accord-cadre, notamment pour tout ce qui concerne la révision des mécanismes actuellement existants dans le domaine de la défense. Tant que ce travail n'est pas terminé, ce groupe de travail commun continuera à assurer la coordination entre les deux Parties des activités de coopération en matière de défense.

Article 5. Aspects financiers

1. Tous les frais du personnel qui participe à des activités de coopération dérivées du présent Accord sont régis sur la base de la réciprocité, selon les termes suivants, à moins que les Parties ne décident d'autres modalités:

- a) La Partie hôte prend à sa charge les frais de transport local des délégations.
- b) La Partie d'origine se charge des frais de voyage et de séjour de ses fonctionnaires, y compris des frais de nourriture.
- c) La Partie d'origine est chargée des frais relatifs aux soins médicaux, dentaires, au déplacement ou à l'évacuation de son personnel malade, blessé ou décédé.

2. Tous les frais découlant des activités dérivées du présent Accord sont sujets à la disponibilité de ressources financières de la part des Parties.

Article 6. Responsabilité civile

1. Aucune des Parties ne peut entamer d'action civile à l'encontre de l'autre ou de son personnel pour des dommages provoqués dans l'exercice des activités qui dépendent du présent Accord.

2. Si le personnel d'une des Parties provoque des dommages à des tiers par imprudence, manque de compétence ou négligence, cette Partie doit assumer la responsabilité des pertes ou des dommages selon les termes de la législation en vigueur dans l'État hôte.

3. Conformément à la législation nationale de l'État hôte, les Parties indemnisent tous les dommages provoqués à des tiers par son personnel, dans le cadre de l'exécution de ses tâches officielles en vertu des termes du présent Accord.

4. Au cas où le personnel des deux Parties serait responsable des dommages provoqués à des tiers, les Parties assument toutes deux solidairement la part de responsabilité qui leur incombe.

Article 7. Sécurité des informations et du matériel

1. La sécurité des informations et du matériel échangés ou créés suite au présent Accord est établie entre les Parties par le biais d'un accord complémentaire pour la protection de ces informations et de ce matériel.

2. Tant que l'Accord complémentaire mentionné au paragraphe antérieur n'est pas entré en vigueur, toutes les informations ayant trait à la défense échangées directement entre les Parties et les informations d'intérêt commun obtenues via d'autres sources par chacune des Parties sont protégées en vertu des principes suivants :

a) La Partie destinataire ne peut pas communiquer à des pays tiers les informations obtenues en vertu du présent Accord sans l'approbation préalable de l'autre Partie.

b) La Partie destinataire classe les informations au même niveau que celui attribué par la Partie expéditrice d'informations et, par conséquent, elle doit prendre les mesures de protection nécessaires.

c) Les informations doivent être utilisées aux fins pour lesquelles elles ont été communiquées ou obtenues.

3. Tant que l'Accord complémentaire mentionné au paragraphe antérieur n'est pas entré en vigueur, la Partie destinataire ne peut pas fournir à des pays tiers, sans l'approbation préalable de l'autre Partie, des équipements militaires ou des technologies obtenus aux termes du présent Accord.

4. Les responsabilités et obligations respectives des Parties en matière de sécurité et de protection du matériel classé restent valables même en cas de dénonciation du présent Accord.

Article 8. Protocoles complémentaires/amendements/révision/ programmes

1. Aux termes du présent Accord, les Parties peuvent souscrire des protocoles complémentaires dans des domaines spécifiques de coopération en matière de défense, concernant des sociétés civiles et militaires.

2. Les programmes d'activité découlant du présent Accord ou desdits Protocoles complémentaires sont élaborés, développés et mis en œuvre par du personnel autorisé du Ministère de la défense de la République fédérative du Brésil et du Ministère de la défense de la République argentine.

3. Le présent Accord peut être amendé ou révisé avec le consentement des Parties, par échange de notes et par l'intermédiaire de la voie diplomatique.

4. Le début de la négociation des protocoles complémentaires et des amendements doit avoir lieu dans les 60 jours qui suivent la réception de la dernière notification d'entrée en vigueur de l'Accord; les Protocoles complémentaires et les amendements entreront en vigueur conformément aux dispositions prévues à l'article 11 et seront alors intégrés au présent Accord.

Article 9. Résolution de différends

Tout différend relatif à l'interprétation ou à l'application du présent Accord sera résolu par le biais de consultations et de négociations entre les Parties, dans le cadre du Ministère de la défense de la République argentine et du Ministère de la défense de la République fédérative du Brésil.

Article 10. Validité et dénonciation

1. Le présent Accord restera en vigueur jusqu'à ce qu'une des Parties décide par écrit et par la voie diplomatique, de notifier l'autre Partie de son intention de le dénoncer. La dénonciation prendra alors effet quatre-vingt-dix (90) jours après la réception par l'autre Partie de ladite notification.

2. Sa dénonciation n'affectera pas les programmes et les activités en cours associés au présent Accord, à moins que les Parties n'en décident autrement.

Article 11. Entrée en vigueur

Le présent Accord entrera en vigueur le trentième jour après la date de réception de la dernière notification par laquelle les Parties s'informent mutuellement de l'accomplissement des formalités internes pour son entrée en vigueur.

Signé à Puerto Iguazú, le 30 novembre 2005, en langues portugaise et espagnole, les deux textes faisant également foi.

Pour la République argentine :

RAFAEL BIELSA

Pour la République fédérative du Brésil :

CELSO AMORIM